

# Plano para ajudar os devedores

Sugestão de uma comissão formada por 26 banqueiros e empresários dos EUA: refinar nossa dívida, com novos empréstimos e juros menores.

O refinanciamento da dívida externa, com novos empréstimos em condições mais favoráveis, é a melhor forma dos países latino-americanos resolverem seus problemas imediatos; mas eles devem também reestruturar suas economias para retomar o processo de desenvolvimento.

Esta é, em síntese, a principal receita da Comissão do Hemisfério Ocidental para as questões da Dívida Externa Latino-Americana, integrada por 26 empresários privados, banqueiros e industriais e que foi criada pela Sociedade das Américas, presidida por David Rockefeller. A comissão apresentou ontem um plano multilateral de três partes com o objetivo de solucionar os problemas de equilíbrio da balança de pagamentos, comércio e desenvolvimento econômico, a longo prazo, dos países do hemisfério ocidental.

O presidente da comissão, John D. Macomber, principal executivo da Celanese Corporation, falou a John Alius, nosso correspondente em Nova York, sobre o caso específico do Brasil, observando que o País tem chances de superar a "crise de confiança" que atravessa:

— Com o sucesso dos empréstimos multibilionários e outras concessões obtidas junto à comunidade bancária internacional,

no mês passado, a situação do Brasil modificou-se para melhor — disse Macomber. — As coisas estão melhorando por lá e podem continuar assim, desde que a crise de confiança possa ser superada.

John Macomber observou que "esta crise de confiança é, em grande escala, uma questão brasileira. Mas também, houve uma certa falta de confiança no Brasil por parte do setor de financiamentos, tanto públicos como privados, no Exterior. A comunidade internacional demonstrou sua disposição de restaurar essa confiança, como resultado dos compromissos que o Brasil assumiu com o Fundo Monetário Internacional. Caso o governo atenda-se a esses compromissos e a confiança continue aumentando, tanto internamente como no Exterior, então o futuro econômico do País é bom.

## As recomendações

Os estudos da Comissão do Hemisfério Ocidental, financiados pela iniciativa privada, levaram um ano para ser concluídos. John Macomber fez várias viagens, em 1983, às capitais dos países latino-americanos devedores, e também manteve reuniões com os executivos das organizações financeiras internacionais e dos principais bancos credores.

O informe divulgado ontem pela comissão diz que "a situação da dívida externa requer atenção urgente, mas também devem ser resolvidos os problemas estruturais dos países, para que possa ser restabelecido um crescimento saudável". Embora ressaltando que, a curto prazo, a única alternativa para solucionar a crise econômica é continuar com os empréstimos públicos e privados, o relatório da comissão observa que os bancos centrais e as agências internacionais devem conceder maiores empréstimos e melhorar a coordenação, para que os resultados da luta contra a crise sejam mais efetivos.

A comissão diz ainda que, ao determinar as taxas de juros e comissões, deve-se levar em conta a diferenciação de risco e a colocação em prática, com êxito, dos programas econômicos. Sugere também que o Eximbank (Banco de Exportação e Importação dos EUA) seja encorajado a aumentar substancialmente os níveis das garantias e dos seguros para facilitar as exportações aos países de elevadas dívidas, como o Brasil e o México.

Os Estados Unidos e os demais países industrializados, diz o estudo, devem apoiar um aumento na base do capital do Banco Mundial e um ritmo mais rápido de empréstimos para programas de adaptação estrutu-

ral. E recomenda aos Estados Unidos que dediquem um especial esforço à resolução dos problemas de comércio no hemisfério ocidental, colaborando com os países da região para na busca de soluções multilaterais que reduzam os empecilhos ao comércio.

"Um grande reabastecimento da Associação Internacional do Desenvolvimento e um financiamento adicional de programas multilaterais e bilaterais de assistência também são necessários para ajudar os pobres, que foram mais negativamente afetados pela austeridade prolongada", afirma a comissão, observando que é preciso abordar "a dimensão humana da crise: pobreza, doenças e fome".

O presidente da Comissão do Hemisfério Ocidental, John Macomber, ao divulgar as conclusões do estudo, disse que a comunidade bancária dos Estados Unidos "acompanhou com interesse nossos trabalhos e está pronta para cooperar". afirmou ainda que acredita na possibilidade de se chegar à concessão de créditos com juros mais baixos aos países latino-americanos com altas dívidas externas.

O relatório da comissão deverá ser apresentado ao governo norte-americano, ao Congresso e à comunidade empresarial.

## Países pobres pagaram US\$ 11 bilhões mais do que receberam

Em 1983, um grupo de 13 países em desenvolvimento que inclui o Brasil pagou em conjunto 21 bilhões de dólares a mais do que recebeu em novos empréstimos dos bancos privados e instituições internacionais. Isto é, a transferência líquida de recursos foi negativa para o grupo formado por Argélia, Argentina, Brasil, Chile, Egito, Índia, Indonésia, Israel, Coréia do Sul, México, Turquia, Venezuela e Iugoslávia.

A transferência de recursos foi negativa em 11 bilhões de dólares para o total dos países em desenvolvimento, cuja dívida atingiu 810 bilhões de dólares em 1983, segundo um levantamento do Banco Mundial divulgado esta semana. Portanto, o impacto sobre aquele grupo de 13 países foi maior.

Já em 1982, os 13 maiores endividados em conjunto já tinham pago em serviço da dívida (principal mais juros), 6,6 bilhões de dólares acima do que receberam em empréstimos. O Brasil foi responsável pela maior parte. Na conta final, teve uma transferência negativa de 3,87 bilhões de dólares, segundo as estimativas do Banco Mundial.

Para o total dos países em desenvolvimento, o saldo negativo de 1983 foi o primeiro registrado pelo Banco Mundial. Diz o relatório do banco que, em 1983, os desembolsos (dos credores) continuaram a declinar. Em consequência disso, as transferências líquidas (desembolsos menos serviço da dívida), que diminuíram em 24 bilhões de dólares para menos de sete bilhões de dólares, caíram mais 17 bilhões de dólares.

O relatório do Banco Mundial faz uma observação irônica sobre a relação entre os dois lados da controvérsia da dívida: "A relação entre tomadores (países) soberanos e seus credores é igual àquela dos parceiros numa corrida de saco: eles podem correr, mancar ou cair juntos, mas não podem separar-se".

No caso do Brasil, com base no pendente em 1982, o serviço da dívida total em 1984 é calculado em 16,56 bilhões de dólares, sendo 8,87 bilhões correspondentes ao principal e 7,67 bilhões aos juros. Para 1985, o serviço total da dívida é projetado em 16,9 bilhões de dólares; para 1986, 17,1 bilhões; para 1987, 15,7 bilhões; para 1988, 14 bilhões; para 1989, 10,3 bilhões; e para 1990, 6,2 bilhões, aproximadamente.

(A.M.Pimenta Neves, de Washington.)

## DÓLAR

Novo preço: Cr\$ 1.116,00.

O dólar passa a valer a partir de hoje Cr\$ 1.110,00 para compra e Cr\$ 1.116,00 para venda, após o reajuste de 1,55% anunciado ontem pelo Banco Central, que reduziu para apenas quatro dias o intervalo entre as minidesvalorizações cambiais do cruzeiro.

As oito variações cambiais do ano somam 13,381%, o que eleva o acumulado em 12 meses para o percentual recorde de 298,278%. As duas mínis do mês somam 3,256%.

Com a redução do intervalo entre os reajustes, o Banco Central confirma a expectativa de que a inflação deste mês ficará próxima dos 9,8% de janeiro. Para manter a vinculação entre a inflação e as correções monetária e cambial, os intervalos entre as mínis continuarão curtos.

O diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda, disse que a retirada de Cr\$ 1,02 trilhão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com cláusula cambial (OR cambiais) no leilão de quarta-feira não aproxima e nem afasta a possibilidade de uma nova maxidesvalorização, simplesmente porque não existe essa hipótese. Silveira Miranda reiterou que a política de open do Banco Central nada tem a ver com máxi.

## Pastore confessa: alguns bancos não assinaram o jumbo.

Alguns bancos credores ainda não assinaram os contratos que integram o empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões, confessou ontem o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Ele reafirmou, porém, que o desembolso dos primeiros US\$ 3 bilhões ocorrerá no início de março, "restabelecendo a normalidade cambial do País". Pastore informou ainda que o Brasil só iniciará a renegociação dos compromissos externos no próximo ano, quando tiver assegurado o ajuste interno de sua economia.

"Estamos praticamente encerrando o round de assinaturas do Jumbo. Quase todos os bancos já assinaram" — observou o presidente do Banco Central, ao reiterar que os US\$ 6,5 bilhões serão "absolutamente suficientes" para fechar as contas externas deste ano, com acúmulo de reservas de US\$ 1 bilhão.

Em correspondência a Pastore, o presidente do Deutsche Bank, Wilfried Guth, manifestou "surpresa" e negou que, na semana passada, tenha feito "qualquer comentário sobre o desempenho ou situação da economia brasileira ou de outro país", conforme amplo noticiário da imprensa nacional e estrangeira.



Guth comunicou a Pastore o seu "empenho em preparar, nos próximos meses, novas fases de negociações para 1985, de tal forma que o processo possa ser concluído rápida e eficientemente, quando se apresentar a ocasião". O presidente do Banco Cen-

tral insistiu na observação de que "a eventual negociação" da dívida para 1985 somente será retomada no momento oportuno.

Para atenuar a sua imagem junto às autoridades brasileiras de crítico ferrenho, o presidente do Deutsche Bank comunicou a Pastore que a montagem do Jumbo de US\$ 6,5 bilhões "é um fato encorajador e nenhum banco responsável pode retirar-se do atual processo de estabilização, que ainda deve perdurar por alguns anos".

O Banco Central não forneceu a cópia da correspondência de Guth, apenas trechos, através de nota para a imprensa. Após os seus esclarecimentos, o banqueiro alemão só faz a ressalva de que o Brasil precisa mudar o estilo de renegociação da dívida: "A recente experiência demonstra que o atual método de levantar recursos de curto prazo não pode continuar indefinidamente e, como o apoio dos bancos precisa ser preservado, sugeri, caso se faça necessário, que se considerem possíveis alternativas como opção para a participação dos bancos". Em resumo, o Deutsche desaprova mesmo a política brasileira de recorrer a sucessivos Jumbos para fechar todo ano o balanço de pagamentos do País.